



Ata Nº 2

Quadriénio 2017/2021

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, na localidade de Monte Redondo, no Salão Nobre do edifício sede da Junta de Freguesia, na presença de todos os membros da assembleia, realizou-se a reunião extraordinária de funcionamento da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, presidida por Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar. O Presidente deu as boas vindas a todos os presentes.

De seguida, passou-se ao cumprimento da ordem de trabalhos.

Ponto 1. IV Revisão ao Orçamento 2017 (Receita e Despesa) - apreciação, discussão e votação nos termos definidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei n.º 75/2017, de 12 de setembro.

A senhora Presidente do Executivo, Céline Gaspar, cumprimentou todos os presentes e fez uma breve apresentação do ponto em análise em conjunto com o ponto dois, visto que ambos têm que ver com o orçamento.

Transcrição

Céline Gaspar: «Se me permitem, explicarei o ponto um e o ponto dois, uma vez que ambos têm que ver com o orçamento. Esta revisão advém do facto de existir uma receita extraordinária que não estava prevista relativamente a potenciais apoios à Fesmonte 2018 e, não estando prevista, teve de se colocar em orçamento essa previsão que se prevê concretizar e executar até 31 de dezembro. Consequentemente, e existindo esta receita extraordinária, a Junta de Freguesia deliberou que se verificaria a possibilidade de haver uma alteração ao Plano Plurianual, fazendo, desde já, a aquisição dos terrenos frente ao cemitério de Monte Redondo precisamente para a concretização da obra do Largo da Feira e, portanto, perante a lei teremos de trazer estas alterações à assembleia de freguesia.»

Vítor Boiça: «Gostaria de saber que entidades é que estão envolvidas.»

Céline Gaspar: «Relativamente a essa questão, só depois da concretização, poderão saber quem são. Não tenho que o dizer e as empresas ainda não deram o aval para eu dar a informação de que vão apoiar, portanto, *a posteriori*, sendo concretizado, daremos essa informação.»

O ponto foi aprovado com oito votos a favor dos membros Paulo Gaspar, Ana Carla Gomes, Lino Loureiro, Vítor Boiça, Márcio Marques, Vítor Tomé, Maria Isabel Ferreira e Paulo Renato Silva e uma abstenção do membro Dulcinda Silva.

Ponto 2. VII Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2017 - apreciação, discussão e votação nos termos definidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei n.º 75/2017, de 12 de setembro.



O ponto foi aprovado com oito votos a favor dos membros Paulo Gaspar, Ana Carla Gomes, Lino Loureiro, Vítor Boiça, Márcio Marques, Vítor Tomé, Maria Isabel Ferreira e Paulo Renato Silva e uma abstenção do membro Dulcinda Silva.

Ponto 3. Doação do prédio rústico registado com o artigo matricial 7368 da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira ao Município de Leiria – regularização da titularidade da parcela onde foram edificadas as habitações sociais na Bregieira, da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira - apreciação, discussão e votação nos termos da alíneas j) e k) do n.º 2 do artigo 9.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Céline Gaspar: «Em 1999, a Junta de Freguesia e a Assembleia daquela altura aprovaram que fosse doado o terreno onde estão as habitações sociais na Rua da Feira para a edificação destes edifícios, construção do Município de Leiria. No entanto, nunca foi feita a respetiva doação para que o terreno fosse registado em nome do Município. Como foi em 1999, ainda não tem vinte anos, portanto, tem de se proceder à doação do prédio referido para que se possa regularizar a situação.»

Márcio Marques: «Boa noite a todos. Eu gostava de sugerir que fosse solicitado à Câmara de Leiria que também desse alguma coisa para a nossa terra e têm cá algumas propriedades e podia ser o início de alguma coisa, tendo isto como argumento, na tentativa de criar valor para a freguesia.»

O ponto foi aprovado por unanimidade.

Ponto 4. Contrato de Fornecimento do Serviço de Telecomunicações com a PT Empresas – apreciação, discussão e votação nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas).

Céline Gaspar: «Relativamente aos pontos quatro e cinco, têm que ver com o facto de haver a possibilidade de, após a aprovação da assembleia, ser feito o convite a estas empresas precisamente para apresentarem propostas para a aquisição destes serviços ou produtos, portanto, relativamente à PT, são os serviços de telecomunicações e o valor aqui apresentado é o valor máximo da proposta, o valor que a PT apresentará tem de ser sempre inferior e uma vez que os contratos requerem uma fidelização de trinta e seis meses, tem mais que um exercício e, sendo mais que um exercício, a Assembleia tem de se pronunciar a esse respeito.

Relativamente à Fresoft, tem que ver com a aquisição de software de contabilidade, vai haver uma grande alteração contabilística a partir do próximo ano e esta empresa já tem em funcionamento o CNC com algumas Juntas de Freguesia e, dada essa experiência, consideramos ser mais seguro e vamos também fazer a proposta. Os valores apresentados também são os valores máximos que podem apresentar na proposta de convite e também são trinta e seis meses. Podem ser menos, vai de doze a trinta e seis meses.

No caso da PT, até é para iniciar antes, porque o contrato já está terminado, portanto, mesmo que fossem só dois meses, já entrava em 2018 e teria de ser aprovado em Assembleia.



No caso da Fresoft, não, normalmente, funcionam com o valor da aquisição do software mais prolongado, para não termos de fazer o pagamento de imediato, exatamente porque o valor, numa freguesia como a nossa, será sempre difícil de suportar uma despesa tão elevada no imediato. Depois, passados os três anos, existirá, com certeza, novo convite à apresentação da assistência e, portanto, o valor será reduzido significativamente.»

O ponto foi aprovado por unanimidade.

Ponto 5. Contrato de fornecimento de software aplicacional Fresoft ERP e respetivo contrato de assistência técnica - apreciação, discussão e votação nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas).

O ponto foi aprovado por unanimidade.

Ponto 6. Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício das funções a tempo inteiro da Presidente da Junta - apreciação e votação nos termos da alínea q) do n.º 1 artigo 9º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro.

Céline Gaspar: «Segundo a legislação, neste caso, tendo um número superior a mil e quinhentos eleitores, a Presidente da Junta pode estar a tempo inteiro, no entanto, só pode estar a tempo inteiro se os encargos com o seu vencimento não ultrapassarem doze por cento da receita cobrada na gerência anterior e doze por cento da receita prevista no ano em vigor. Quem decide se pode estar ou não a tempo inteiro é a Presidente, é a sua competência, no entanto a assembleia tem de verificar se estes requisitos legais são cumpridos. Nós fizemos uma deliberação com as contas e com toda a informação e, portanto, a partir daí, a assembleia deve mostrar que verificou se os requisitos estão ou não em conformidade.»

Todos os membros confirmaram que se cumprem os requisitos relativos ao exercício das funções a tempo inteiro da Presidente da Junta.

Ponto 7. Ratificação da assinatura do Contrato de Cessão da Posição Contratual entre a Fundação Bissaya Barreto, Empresorg - Unipessoal Lda. e a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira - apreciação, discussão e votação nos termos das alíneas j) do n.º 1 e alíneas j) e k) do n.º 2, ambas do artigo 9.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Céline Gaspar: «Em relação a este ponto, no mandato anterior foi feita uma adenda ou um aditamento ao contrato de arrendamento existente com a Fundação Bissaya Barreto e, posteriormente, a Fundação apresentou-nos esta situação, porque, atualmente, a Empresorg, cujo único sócio é a Fundação Bissaya Barreto, é uma entidade que gere o património de toda a Fundação, portanto, a maioria do património rústico, sobretudo. Tendo isso em consideração, a Junta de Freguesia assinou o documento, porque não havia qualquer alteração, no entanto, consideramos é importante a assembleia ter conhecimento desta situação e daí ser uma ratificação.»

O ponto foi aprovado por unanimidade.



Ponto 8. Alteração à área do terreno definido no contrato de arrendamento com a "Empresorg – Unipessoal Lda." - apreciação, discussão e votação nos termos das alíneas j) e k) do n.º 2 do artigo 9.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Céline Gaspar: «Este pedido da parte da Fundação Bissaya Barreto, como referimos na deliberação que apresentamos aos membros da assembleia, advém do facto de estar prevista a construção de um Centro de Inspeções num terreno que confina com o prédio na Travessa da Feira. Na sequência disso, e para que a obra seja viabilizada, será necessário o alargamento da Travessa da Feira. Esse alargamento apenas pode ser feito para o lado da Feira dos 29, e uma vez que o contrato tem uma determinada área definida e está definido para quinze anos, não podendo haver alterações durante esse período, terá que ser feito o pedido de autorização à Junta de Freguesia. Tendo sido aprovado este aditamento dos quinze anos, pela Assembleia de Freguesia, terá naturalmente a Assembleia de decidir se autoriza ou não a alteração ao contrato, para a cedência dessa parte, que são cerca de cem metros quadrados para alargamento da via.»

Dulcinda Silva: «Boa noite a todos! Nós, relativamente a este ponto, tecemos algumas considerações que consideramos pertinentes e gostaríamos de debater convosco. Elaboramos um texto que irá anexo a esta ata (ANEXO 1).»

O texto (ANEXO 1) foi lido pelo membro Dulcinda Silva.

Renato Silva: «Boa noite! Em relação a esta questão, eu julgo que, se nós viabilizarmos isto, o que podemos ter é um reordenamento dos arruamentos que estão ali naquela zona envolvente, e refiro-me à Travessa da Feira e à Rua Virgílio Gomes Norte. Obviamente que existindo esta infraestrutura ali, iria beneficiar esses arruamentos. Por outro lado, se a decisão for a não aprovação da alteração ao contrato, à cedência destes cem metros quadrados, as condições vão continuar a ser as mesmas até que se faça lá uma intervenção. Por outro lado, há ainda outro aspeto que é que isto acaba por ser mais um serviço que fica disponível para todos os cidadãos, não só da freguesia, mas das zonas envolventes e, portanto, desse ponto de vista, um voto favorável em relação a isto, obviamente que vai trazer mais um serviço para a freguesia, o que, do meu ponto de vista, é um aspeto positivo. Por outro lado, ao invés, se nós não concordarmos, claro que é um serviço que deixa de vir para a freguesia.

Para além disso, uma decisão favorável irá reduzir em cem metros quadrados aquele que será o espaço disponível para os feirantes. Claro que, estando previsto o reordenamento do recinto da feira, por aquilo que já analisei, pude concluir que esse reordenamento vai trazer mais-valias à feira, não só em matéria de acessibilidade, mas também para os feirantes e cidadãos que a ela venham. Portanto, desse ponto de vista, e tendo em conta a dimensão que nós temos ali no recinto da feira, cem metros quadrados não irá prejudicar em nada. Para além disso, tendo eu consultado a proposta que foi apresentada do acesso, esses tais cem metros quadrados terão de ser cedidos na zona confinante com a estrada nacional 109, o que significa que vamos estar a retirar os feirantes de



cima da estrada, que é uma das coisas que eu já tive a oportunidade de cometar com o executivo e que, há largos anos, das vezes que vou às Infraestruturas de Portugal por motivos profissionais, é uma das questões que acabo sempre por colocar aos técnicos, porque, efetivamente, eu acho que se confunde aquilo que é uma estrada nacional com a utilização local, para não dizer quase privada. Porque aquilo que acontece nos dias de feira na Estrada Nacional 109, do meu ponto de vista, é inconcebível. Tudo aquilo que nós pudermos fazer, e aí estou plenamente de acordo com a proposta que ouvimos por parte dos elementos do PSD, para melhorar a segurança dos peões, principalmente, eu acho que é uma mais-valia. Ora, afastando os feirantes da zona da estrada, vamos fazer com que exista um espaço de circulação maior para os peões e, conseqüentemente, vamos ter maior segurança e cem metros quadrados não iriam fazer diferença à Feira e ao potencial que ela representa. Claro que se não for para lá esta instalação, tudo vai continuar como é, porque o acesso que está previsto no projeto de requalificação da Feira não é tão franco, isto é, porque não está previsto que seja acessível a veículos pesados e, portanto, não deixa de ser um acesso condigno, mas mais pequeno.

Para além disso, reconheço que irá existir um aumento de tráfego na zona. Há uns anos, fiz um estudo sobre as passadeiras para a Junta de Freguesia e nesse local está uma passadeira, e nessa circunstância eu alertei para o facto de aquela ser uma zona bastante perigosa, visto que existem lá muitos acidentes. Quando fiz esse estudo, a própria GNR, tal como as Infraestruturas de Portugal, não entendiam que aquele era um ponto crítico, por não haver lá acidentes graves.

Portanto, com uma solução favorável, vamos criar ali maior tráfego que, em dias de feira, se torna ainda maior, o que já acontece e é uma vez por mês. Por outro lado, teremos um maior conflito entre o tráfego pedonal e automóvel, mas, com a reorganização do recinto da feira, a delimitação dos limites do recinto e havendo um controlo por parte da Junta de Freguesia na instalação dos feirantes, tudo o que for via pública deve manter-se como via pública e não deve ser ocupado. A Travessa da Feira nunca deveria ser, como é atualmente, ocupada por feirantes, mas deveria ser uma via de circulação de emergência, porque se houver uma situação de emergência, é extremamente difícil o acesso.

Outro aspeto a favor da aprovação desta solução é o aumento do movimento dos serviços como os cafés, os restaurantes, as oficinas, o que não trará um grande acréscimo, mas, não havendo, é pior.

Portanto, enquanto membro desta assembleia, concluo, dizendo que comprometer politicamente a instalação de uma empresa desta natureza na minha freguesia não me deixaria tranquilo e a própria requalificação do recinto da feira trará mais-valias à feira e as duas coisas podem coexistir perfeitamente. As outras empresas que existem lá ao lado têm a beneficiar em tudo no reordenamento e no melhoramento daquilo que pode ser a zona envolvente. O meu voto será



sim, serei favorável à cedência destes cem metros quadrados que podem promover a instalação de uma empresa na nossa freguesia.»

Céline Gaspar: «Peço desculpa, mas queria só esclarecer que o desenho que foi publicado no jornal é exatamente o desenho que está aqui nos documentos enviados aos membros da assembleia. Este tem em cima a alteração proposta pela *Estradas de Portugal*. Tudo leva asfalto, o desenho é o mesmo. A questão da imagem tem a ver com os layers, quando se pôs a linha em cima saiu o cinzento. O projeto da feira não tem qualquer tipo de alteração, é a questão do asfalto. A forma é exatamente a mesma, a geometria é igual. Apesar de não estar aqui em causa a requalificação da feira, queria esclarecer que o separador irá manter-se, porque foi uma exigência da Câmara Municipal, visto que se pretende que a área seja aprazível em termos de espaço verde e o separador está exatamente no sítio correto para garantir o corredor dos expositores da Fesmonte.»

Márcio Marques: «O acesso do cemitério à 109 devia ser negociado pelo Largo da Feira para tirarmos um acesso à 109, sendo menos uma zona de perigo e, senão for agora, mais tarde vai ser difícil, porque tudo está a ser feito em função do acesso ao cemitério. Isto são ideias, são propostas.»

Paulo Gaspar: «Essa negociação seria com a Fundação Bissaya Barreto?»

Márcio Marques: «O que devia, na nossa opinião, ser feito nesta altura.»

Dulcinda Silva: «Gostaria de esclarecer que a ideia é construtiva, não é um impedimento de nada, é uma visão de futuro de que, de facto vai haver maior movimento, maior fluxo de trânsito e tentarmos, numa altura em que estamos a intervir no processo, se calhar com duas ou três coisinhas mais, conseguir melhorar significativamente aquela circulação. Visto que estão muitas entidades envolvidas e são zonas críticas, falando-se de possíveis acessos que poderão decorrer daí, de estradas extremamente movimentadas em termos de localização e eu falo nomeadamente de quem vem das Lavegadas, da sinistralidade que as Estradas de Portugal podem não considerar alta, mas que nós aqui que vivemos e sentimos, aquela zona toda de reta é complicada, seria uma barreira que reduziria a velocidade numa reta tão grande como aquela e, de facto, acho que é neste sentido que nós falamos, que conseguíamos reduzir velocidades, conseguíamos acautelar ali os acessos e conseguíamos tanto entroncamento que há ali e tanta agitação que vai haver, não é impedir a construção de nada, até porque nós apoiamos claramente o Centro de Inspeções, como tudo o que se promova a nível da economia e desenvolvimento da nossa economia local.»

Renato Silva: «Eu não deixo de concordar que uma rotunda era a melhor solução ali, aliás, eu até já fiz essa proposta nas Infraestruturas de Portugal, a título particular. Na Câmara Municipal, no PDM, que está disponível para consulta de todos, está prevista uma circular externa que terá uma rotunda na zona dos Bombeiros que, depois, passa por trás em direção aos Matos, a seguir à zona do cemitério, vai passar à zona industrial e depois à zona de Santo Aleixo. Essa circular seria excelente, foi a solução encontrada na Vieira e conseguiu reduzir em muito o trânsito no interior da vila. Desse ponto de vista, eu estou de acordo, mas o que nós estamos aqui a tratar não é diretamente a



questão de uma rotunda na 109, que vai resolver alguns problemas, mas vai trazer outros quando se realizar a feira, visto que, tecnicamente, considero que vai ser pior, porque vai gerar-se uma certa anarquia. O que nós estamos aqui agora a decidir é se aceitamos que a Fundação Bissaya Barreto ceda cem metros quadrados, para que seja feito o alargamento da Travessa da Feira, que permitirá instalar a empresa, porque foram as exigências das Infraestruturas de Portugal, ou não aceitamos e usamos argumentos dos problemas do trânsito na 109 que, em Monte Redondo, são variadíssimos, inclusivamente na Carreira, onde penso que seria mais importante fazer uma rotunda à entrada da Carreira para quem vem de Leiria. Eu acho que é um argumento válido, mas, para este caso em concreto, não deve ser decisor para uma coisa que pode condicionar algo que não interfere diretamente e assim tanto com a 109.»

Márcio Marques: «Nós não queremos que a Fundação não dê os cem metros quadrados, nós queremos que a Fundação dê muito mais, achamos que é uma oportunidade para negociar, projetar, fazer agora aquilo que se possa para agilizar esta situação do Centro de Inspeções. Sabemos que a rotunda tem outros custos e não pode ser feita no imediato, mas queremos que esta situação fique acautelada e que não se estejam a fazer coisas que depois se tenham que alterar, nomeadamente este acesso ao parque do cemitério que deveria ser pelo lado da feira. Deveríamos pensar um bocadinho mais à frente e tentar negociar mais um bocadinho, uma vez que estamos a criar valor num terreno da Bissaya Barreto, está a gastar-se muito dinheiro por quinze anos e devemos tentar tirar partido disso.»

Renato Silva: «Considero o argumento apresentado pelo Márcio importante, que é a questão do acesso ao cemitério, mas há duas coisas distintas, uma é a feira outra é o cemitério. Mesmo que seja feita uma rotunda naquela zona, do ponto de vista técnico, não vejo impedimento algum em se fazer meia dúzia de metros de lancil que vão fechar a atual entrada do cemitério, e resolve-se o problema de forma simples. Entendo que se devem reduzir ali naquela zona os acessos à 109. Aliás, o ideal era que as Infraestruturas de Portugal atendessem ao pedido que a assembleia fez que era resolver o problema daquela passadeira. O acesso que será feito, se nós aceitarmos ceder cem metros quadrados, é perfeitamente compatível com uma rotunda sem serem precisas muitas alterações. A intervenção de fundo que se está a fazer na Ponte da Pedra e em Regueira de Pontes está prevista há mais de quinze anos.»

Márcio Marques: «Nós não queremos impedir nada, só queremos que se negocie com a Fundação e, em relação a esta observação que são só uns metros de lancil, eu acho que este projeto até podia ser muito mais simplificado, tinha menos custos agora e facilitava essa situação no futuro. Ou então criar uma zona de jardim junto ao cemitério e tentar deixar este parque mais simples, com reduzidos custos de manutenção.»

Céline Gaspar: «Peço desculpa, mas vou aqui só tecer duas ou três considerações, porque acho que há aqui alguma confusão sobre aquilo que, efetivamente, é o poder da Junta de Freguesia.



Relativamente a este ponto, a Fundação questionou se podemos ou não autorizar a redução do número de metros que está no contrato. Se dissermos que não, fica como está. Não há margem para negociação, porque a Fundação está disponível para vender ou para doar essa parcela de terreno ao empresário que quer fazer o Centro de Inspeções, mas sabe que tem um contrato com a Junta de Freguesia e que está trancado por quinze anos e não pode fazer essa cedência ao empresário. Portanto, neste momento, o que estamos aqui a discutir é se aceitamos o aditamento ao contrato em que se reduzem na área disponível do contrato de arrendamento cem metros quadrados. Se dissermos que não, a Fundação vai responder que não ao empresário e o Centro de Inspeções fica inviabilizado naquele local, porque a Estradas de Portugal é que exigiu que fosse esta a solução de tráfego, porque, inicialmente, como viram na deliberação, o que o projeto tinha como acesso era do outro lado, o que era pior e que não tem qualquer condição de alargamento. Portanto, o que está aqui foi exigência da Estradas de Portugal e, apesar do nosso poder enquanto autarquia e de essas deliberações serem todas possíveis, não encaixam aqui, porque não têm que ver com isto. Nós só temos que dizer se autorizamos que se faça uma alteração a um contrato que está definido para quinze anos e essa alteração passa por ter menos cem metros quadrados, relativamente aos que estão definidos no contrato. A votação diz respeito a isto, não às questões de tráfego, porque nós podemos ir ter com a Fundação e dizer que aceitamos alterar o contrato, se cederem terreno do outro lado para o empresário fazer uma rotunda e a Fundação diz que então fica como está e não vai para lá o Centro de Inspeções. A Fundação foi contactada pelo empresário que, para viabilizar a sua obra, necessita que o arruamento tenha esta organização e, portanto, a Fundação veio ter com o gestor do terreno. Se não fôssemos os arrendatários, não tinha que vir ter connosco para pedir isto e, se o contrato ainda estivesse como estava anteriormente, tinha caducado este ano, porque era mandato a mandato.

Quanto à questão do tráfego, considero válido o argumento de que se devem fazer alterações na Estrada Nacional, aliás, a Fundação Bissaya Barreto tem um loteamento aprovado para o terreno em frente e que implica a construção de uma rotunda neste local, mas é um loteamento que a Fundação não está disponível para construir. Quando o entender, essa era uma das exigências, mas era pela construção do outro lado, porque implicava o aumento do número de fogos, a alteração na linha do comboio relativamente à passagem, porque, aumentando o número de fogos, a REFER exige essa alteração e essas alterações que estão todas no loteamento tem de ser a Fundação Bissaya Barreto a fazer.

Relativamente à proposta do acesso ao cemitério, aquilo que eu tenho que esclarecer também é que a frente do cemitério vai ser toda propriedade da Junta de Freguesia e a feira não é e não está à venda e não está disponível para o ser e não vamos cometer o mesmo erro que se cometeu nesta rua atrás de Junta que dá acesso para um terreno privado. O projeto está feito com as



condições que existem e com as condições que a Fundação Bissaya Barreto apresentou e que foram aprovadas em assembleia anteriormente.»

Márcio Marques: «Se a Fundação tem esse projeto e terá de ter a responsabilidade de fazer a rotunda, terá interesse em negociar e que sejam as Infraestruturas de Portugal a fazer essa rotunda, por isso dever-se-ia dar um passo, isto não devia ficar parado, porque se as coisas demoram quinze anos, quanto mais cedo se puserem as coisas a andar, mais rápido elas podem acontecer.»

Dulcinda Silva: «Aqui a questão é ceder ou não ceder espaço para viabilizar uma obra. Parece-me redutor. Nós, com um ponto tão simples, conseguimos, se calhar, trabalhar mais. É apenas isto que nós vos estamos a dizer. Conseguimos, se calhar através de um ponto passar e queremos acreditar que todos vocês em termos de Assembleia e Executivo pensaram já nisto e projetaram e esse nosso contributo, que está aqui espelhado, é no sentido de dar algumas opiniões construtivas. Óbvio que se vai ceder o terreno, nós temos perfeitamente a noção de que consoante a votação que aqui haja, mas é neste sentido de manifestar e de criar esta discussão e eu entendo aqui a discussão como algo de positivo, não vejo com o sentido pejorativo, que realmente poderá fazer criar ideias para de futuro vocês e quem tem que decidir alguma coisa, com uma pequenina coisa conseguimos dar mais um passo para aqui e um passo para acolá, apesar de agora ser uma decisão muito simples. Nós percebemos isso, é um sim ou não muito básico, nós vemos é que há possibilidade logo de trabalhar mais algumas coisas e, como é referido, se já do outro lado há loteamentos previstos, porque se eles também agora estão parados, podem vir a ter interesse. Há, eventualmente, outros terrenos que ali também irão ter outras construções que já são abordadas em termos de comércio ali da zona, há empresários que estão ali com movimentação de trânsito, que estão mais atrás, dum lado e doutro há movimento, há esse desvio que também já é previsto para a zona industrial, há ali uma série de coisas que poderão vir a passar e que todos nós sabemos que há muito tempo que está a ser previsto na terra. E é nesse sentido que nós fazemos a intervenção, de um ponto tão simples, que é um sim ou um não, mas nós percebemos que é só para deixar aqueles metros.»

Márcio Marques: «Se foi o proprietário de Centro de Inspeções que pediu à Bissaya Barreto para que lhe cedesse este espaço, vai ser ele que vai assumir os custos deste acesso à 109 pela Travessa da Feira?»

Renato Silva: «Eu volto outra vez a esta questão, sejamos práticos, se for feita, a duzentos ou trezentos metros, uma rotunda, na estrada das Lavegadas, da circular externa que vai existir em Monte Redondo que vai passar na zona industrial e por onde vai ser canalizada a Estrada Nacional 109, vão as Infraestruturas de Portugal fazer um investimento numa rotunda desta dimensão aqui nesta zona, quando depois existe menos tráfego? Isto obedece a estudos de tráfego, a dinheiro contado, a própria Câmara Municipal vai emitir um parecer nesse sentido, fazer uma rotunda ali, neste momento, seria uma excelente solução, se não estivesse prevista a circular externa pelo



Parque Empresarial, a qual eu prefiro, porque tenho a certeza de que isso irá diminuir o trânsito no interior da vila. Vamos imaginar que, de repente, as Infraestruturas de Portugal resolviam fazer ali na zona da igreja uma extraordinária rotunda para nada, porque o trânsito que lá existe não justifica.»

Dulcinda Silva: «Tudo isto é referido, porque, se a rotunda da Ponte da Pedra demorou quinze anos, vamos estar quanto tempo à espera de uma circular? É só aqui a questão da dimensão do tempo que, obviamente, estamos a observar a questão temporal *versus* dinheiro. Ninguém está a cingir isto a uma rotunda, mas a várias outras vertentes.»

Márcio Marques: «Nós não devemos desistir antes de sequer tentar e começar. Acho que não custa, se todos concordarmos que pode ser uma mais-valia, há que tentar, há que fazer os estudos e há que avançar.»

Céline Gaspar: «Queria só deixar esclarecida uma questão: esses pedidos não são pedidos que nunca foram feitos, têm sido feitos os contactos com a Estradas de Portugal. O executivo tem os processos sempre presentes, tem feito sempre esse apelo, aliás, nas assembleias anteriores já se discutiram várias vezes as questões do tráfego. O Renato fez abordagens específicas e concretas relativamente a essa questão. Nada disto é novo e isso é importante referir e deve continuar a lutar-se para que haja essas alterações, mas continuo a dizer que a questão aqui é simples e a votação tem que ver precisamente com as questões que estão referidas na deliberação. Todos os processos que envolvem as obras e a construção numa estrada nacional não se fazem de hoje para amanhã e um Centro de Inspeções, no cumprimento das regras do IMT, não tem vinte anos para ser construído. Uma questão é conversarmos e vermos formas de forçar e de pressionar em conjunto e com essa questão estou completamente de acordo. No entanto, há momentos em que nos temos de cingir àquilo que está em votação, sob pena de estarmos a votar a não existência de um determinado serviço na nossa freguesia ou a existência dele.»

Carlos Alberto Santos: «Boa noite a todos! Antes de mais, eu queria deixar aqui uma questão: estamos aqui a discutir assuntos que já foram discutidos no executivo e em assembleia várias vezes, nomeadamente com a entidade das Infraestruturas de Portugal.

Em relação a esta questão em concreto, gostava de dizer só o seguinte: a Fundação Bissaya Barreto tem, do outro lado da estrada, um loteamento que, com as exigências que lhe foram feitas para a intervenção na Estrada 109 foi a morte do projeto. Muitos de vós saberão que, quando se fazem comentários nesta assembleia, temos de ter em conta que estamos a falar para quem está à frente e para quem está atrás e que, por vezes, falar-se só porque se fala, porque é bonito, pode não ser eticamente correto, porque há aqui projetos que deviam ser do conhecimento e não são, se calhar as pessoas não são obrigadas a ter conhecimento, inclusivamente naquele que é o recinto da Feira dos 29, estava um projeto com cinco ou seis barracões, que a Fundação teria de construir ou queria construir, e foi-lhe exigido pelas Estradas de Portugal, ligando a essa rotunda uma passagem aérea ou subterrânea para atravessar a linha de comboio, tendo o projeto morrido devido às



exigências feitas para se poder construir. Portanto, aqui a questão é que quando se pensa em fazer exigências a entidades ou até a promotores imobiliários particulares, como é o caso do proprietário que pretende fazer o Centro de Inspeções, por vezes, temos de pensar que estamos a falar de um caso em concreto e temos de nos focar nele e, naturalmente, esse trabalho todo foi feito pelo executivo. Tentamos perceber o que é que nós podíamos ou não intervencionar e fizemo-lo. Tanto o fizemos que a primeira situação tinha que ver com a Rua Virgílio Gomes Norte e a Junta de Freguesia opôs-se, fez o reconhecimento das dificuldades, falou com quem de direito e daí a apresentação que teve de ser posta pela Estradas de Portugal do acesso pela Rua da Feira. Mais que isto, a Junta de Freguesia, neste caso concreto, não pode fazer.

Todas as ideias aqui apresentadas estão certas, mas, apesar de não ser no âmbito, eu quero só deixar o alerta, e é este o motivo da minha intervenção, é que, por vezes, falar bonitinho é muito bom, mas temos de ter em atenção que o que fica no ouvido de quem nos ouve pode não ser suficientemente esclarecedor para quem lá está atrás a ouvir-nos e a pensar que realmente dizem-se coisas muito bonitas e nós estamos aqui todos para trabalhar, é verdade, mas revela alguma falta de conhecimento da vossa parte e deixo no ar que acho que é importante a preparação ser mais bem feita quando se vêm dizer algumas coisas que realmente as pessoas que lá estão atrás estão a ouvir.»

Dulcinda Silva: «Não querendo deixar de observar aqui o «eticamente correto», nós temos uma posição, sabemos dos projetos que estão inviabilizados, não faz sentido referi-los, quando eles não vão avançar e como foi acabado de confirmar, para estarmos aqui a referir projetos que não vão avançar, segundo também nos confirmam isso. Portanto, não me parece desconhecimento, até pela proximidade do local onde eu moro e da zona de que estamos a falar e onde nasci. Obviamente que tenho conhecimento disso, e falo em termos individuais. Fazer algumas considerações sobre a minha moral, ética e a vontade que tenho aqui de contribuir para a freguesia parece-me um bocadinho além do que estamos todos aqui a falar. Estamos todos aqui num sentido positivo, contributivo, agradecemos a receção das nossas opiniões, como a senhora presidente da junta referiu. Ficamos agora saber que a Junta já teve todas as intervenções que são ditas, mas não iremos deixar de tecer os nossos comentários, nunca iremos deixar de dar a nossa opinião, esperamos e percebemos isso claramente na posição da presidente de junta, ela tem abertura para nos ouvir, e é isso que nós vamos fazer aqui, é dar sempre a nossa opinião, nunca iremos deixar-nos reduzir pelas opiniões ou qualquer outro parecer. Nós fomos eleitos pelo povo, estamos cá porque há quem acredite que nós temos algo a dizer, sabemos que estamos a falar em assembleia, mas sabemos que há quem nos escute e que tudo isto vai ser reduzido a ata.»

Vítor Boiça: «Não estou de acordo com o que o senhor Carlos Alberto disse, não estou de acordo com a forma como ele reage com o «bota-abaixo» e espero bem que ele não o faça mais, porque isso é muito grave, a forma como fala, que nós não somos aqui nada. Isso é muito feio e fica



muito mal e, se está habituado nas outras assembleias a fazer isso, comigo não faz. Pode dizer aquilo que achar, agora dizer que nós somos isto ou que somos aquilo, não lhe admito.»

Márcio Marques: «Gostaria de fazer uma nota, porque, no parecer que está aqui anexado, a Junta de Freguesia, na altura, não deu um parecer favorável ao Centro de Inspeções, portanto, nós estamos a favor do Centro de Inspeções, e ficamos contentes que a Junta de Freguesia entenda que, neste momento, é importante.»

Céline Gaspar: «Aquilo que está referido no parecer da Junta de Freguesia tem que ver com a questão da feira e com a questão da Rua Virgílio Gomes Norte. Nós não fomos contra o Centro de Inspeções, fomos contra o desenho e a forma como ele foi apresentado, portanto, falamos da importância da feira, do facto de, no projeto vir, na altura, a dizer que toda aquela rua era a Rua Gomes Norte, e referimos que «a rede viária confinante além desta limitação, não apresenta condições para a circulação contínua de veículos pesados, sendo o acesso à Estrada Nacional 109 perigoso a partir da Rua Virgílio Gomes Norte. A respetiva operação urbanística significa que o aumento das viaturas poderá colocar as pessoas em perigo e colocar em causa a utilização da feira.» Portanto, dizemos que «vemos alguma inviabilidade na continuidade desta obra, porque tem que ver com o projeto que tinha sido apresentado na Junta de Freguesia. Pelo que solicitamos que o Município avalie profundamente as implicações de todos estes fatores.» Em tempo algum, está aqui escrito que somos desfavoráveis à construção do Centro de Inspeções. Gostaria de deixar isto claro, uma vez que não é um documento público, apesar de poder ser requerido publicamente, mas os senhores membros da assembleia têm esse documento. Junto a este parecer anexei e muito bem o desenho de como a obra iria ser. A rua está mal marcada e foi este desenho, que esteve na base do parecer, que a Junta de Freguesia de Freguesia anexou. Por isso é que refere que a rua está mal marcada, porque, de um lado, é a Travessa da Feira e do outro a Rua Virgílio Gomes Norte e o acesso ao Centro de Inspeções era feito por esta. Quando nos enviam um projeto, nós temos de dar parecer em termos de acessos e não arquitetonicamente. No que diz respeito à rua, ao acesso, às águas pluviais, aos passeios, entre outros, damos o nosso parecer e, neste caso, tínhamos de referir a questão da feira e do arruamento, portanto, não vemos continuidade desta obra nos moldes apresentados.»

Renato Silva: «Vamos supor que a empresa que se queria instalar naquele local não era um Centro de Inspeções, mas um restaurante a funcionar extraordinariamente bem, com capacidade para duzentas pessoas, que servia almoços todos os dias; a maioria do trânsito seria de veículos ligeiros e teria eventos aos fins-de-semana. Perante as Infraestruturas de Portugal, apesar de haver regras quanto ao limite relativo à afluência e ao tráfego, mas vamos supor que não se atingia esse limite. Neste momento, estávamos a decidir se iríamos ter um fluxo maior, e não precisávamos de ceder absolutamente nada. Desse ponto de vista, o que temos de decidir é se autorizamos a cedência de cem metros quadrados para que a empresa se possa instalar ou não. Até acredito que o



empresário em dias de feira «meta as mãos à cabeça», mas isso não é um problema meu, mas do proprietário do Centro. Será que cem metros quadrados fazem diferença à feira? Penso que não.»

Paulo Gaspar: «Queria só fazer uma ressalva: o promotor deveria dar algumas contrapartidas, e isso deveria ficar escrito em ata, como o melhoramento das ruas, passeios, inclusivamente das ruas para a Travessa da Feira e Rua Virgílio Gomes Norte. Nós aceitamos ou não, se aceitarmos, será com contrapartidas. Já íamos buscar alguma coisa. Já não ia passar em claro. Sendo assim, passávamos então à votação, mas com essa ressalva.

Questiono a senhora presidente se a Junta de Freguesia ainda tem de dar algum parecer.»

Céline Gaspar: «A Câmara Municipal ainda tem de aprovar as especialidades.»

Paulo Gaspar: «A Junta de Freguesia já não tem que dar mais parecer nenhum?»

Céline Gaspar: «A Junta de Freguesia pode ir dando vários pareceres, à medida que consideramos que é importante e no decorrer das obras. Mas, em concreto, a única vez que voltamos a ser contactados pela Câmara Municipal é na altura da licença de utilização, visto que somos questionados sobre se os arranjos exteriores estão feitos de acordo com o projeto. De referir que o projeto tem passeio de um lado e doutro, apesar de não estar na imagem, mas está no projeto, até à entrada do Centro de Inspeções.»

Paulo Gaspar: «A pavimentação dos arruamentos até à Rua da Feira e a Rua Virgílio Gomes Norte. Seria essa a minha proposta, aceitaria, mas com essas contrapartidas.»

Renato Silva: «Efetivamente, eu prefiro que o contrato tenha essa premissa do que não tenha e nós depois não possamos alertar para isso. Eventualmente, se não for cumprida essa parte do contrato, haverá sempre forma de resolver, depois de as coisas estarem feitas, ir pedir isso num novo contrato, aí é mais difícil. Desse ponto de vista, eu aceito essa votação.»

Isabel Veríssimo: «Eu não conheço muito bem a zona em causa, mas concordo com o que o membro Renato Silva diz, visto que trabalha nesta área, e revejo-me nas suas palavras, por isso, estou de acordo com a premissa.»

Vítor Tomé: «Concordo que a votação tenha essa premissa.»

Paulo Gaspar: «Vamos então colocar o ponto a votação com a premissa de que, se for aprovada a alteração à área definida no contrato, o promotor do Centro de Inspeções tem que requalificar a Travessa da Feira e a Rua Virgílio Gomes Norte.»

O ponto foi aprovado com seis votos a favor dos membros Paulo Gaspar, Ana Carla Gomes, Lino Loureiro, Vítor Tomé, Maria Isabel Ferreira e Paulo Renato Silva e três votos contra por parte dos membros Dulcinda Silva, Márcio Marques e Vítor Boiça.

Renato Silva: «Em função do meu voto favorável, eu gostaria de fazer uma declaração de voto: que, na medida do possível, fossem encetadas negociações para que, efetivamente, nós pudessemos trazer mais-valias no melhoramento dos arruamentos envolventes, em matéria de circulação e em matéria de segurança, tudo o que envolvesse os dois arruamentos que são



confinantes com aquele espaço. Obviamente que a Câmara Municipal tratará disso também, se aprovou a arquitetura, já previu essa situação e tendo aquelas duas ruas já saneamento e estando em mau estado, penso que aí sim podia ser uma mais-valia nós alertarmos para a necessidade de algumas melhorias, mas isso, obviamente, depende de negociação. Quando disse que concordava que fosse feita essa nota para que pedíssemos mais-valias não era no sentido de obrigatoriedade, mas no sentido desse propor ficar aberta a negociação para que isso fosse possível, porque um contrato que não tenha isso não o prevê, portanto, é apenas uma nota que acrescentaria a esse acordo. »

Ana Carla Gomes: «Boa noite! Eu gostaria de propor, visto que os seis membros da bancada do PS estão de acordo com a declaração de voto do membro Renato Silva, que ficasse também como declaração de voto de todos os membros que votaram a favor.»

Os membros do PS fizeram uma declaração de voto de que deverá haver contrapartidas no espaço circundante ao Centro de Inspeções que será construído, nomeadamente na Rua Virgílio Gomes Norte e na Travessa da Feira.

Os membros do PSD fizeram uma declaração de voto, referindo que votaram contra por haver a possibilidade de negociação de mais área com as entidades envolvidas e por haver condições técnicas para que seja implementada uma rotunda que sirva de forma estruturada, segura e eficaz, os cinco acessos a este entroncamento.

De seguida, foi redigida uma minuta da ata, a qual foi aprovada por unanimidade, após ter sido sujeita a votação pelo Presidente da Mesa.

O Presidente da Mesa deu assim por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos secretários.

~~O Presidente da Assembleia~~

(Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar)

A Primeira Secretária

(Ana Carla Marques Pereira Gomes)

O Segundo Secretário

(Lino Loureiro)